

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LILIAN CHAGAS

**DIFERENTES MANEIRAS DE SOBREVIVER À POBREZA:
A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ DO ALUNO**

CURITIBA

2016

LILIAN CHAGAS

**DIFERENTES MANEIRAS DE SOBREVIVER À POBREZA:
A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ DO ALUNO**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador(a): Prof.^a Ma. Jasmine Moreira

CURITIBA

2016

DIFERENTES MANEIRAS DE SOBREVIVER À POBREZA: A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ DO ALUNO

“A falta de amor é a maior de todas as pobrezaas”.
Madre Teresa de Calcutá

LILIAN CHAGAS

RESUMO

A pobreza tem se configurado como a realidade de muitos cidadãos brasileiros, sendo decorrente das inúmeras desigualdades reveladas em nossa sociedade. Partindo desta perspectiva, este estudo está pautado em reflexões sobre as diferentes formas que a escola utiliza para auxiliar a sobrevivência dos alunos diante da pobreza. A partir de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em artigos que abordam a temática, livros e consultas à legislação brasileira, buscou-se refletir sobre as medidas que podem ser adotadas pela escola para a formação cidadã de seus alunos, considerando a garantia dos seus direitos sociais. Pode-se considerar que a educação, neste caso, destaca-se como um dos fatores utilizados pelo Estado como meio para desenvolver o almejado desenvolvimento social. Por meio de políticas públicas, a educação está presente no combate à pobreza e seus efeitos da pobreza sobre os indivíduos. Além disso, políticas de transferência de renda, no campo assistencial, vêm agregando-se aos processos educacionais na busca pelo desenvolvimento e transformação social, visando garantir o acesso ao trabalho e demais direitos sociais.

Palavras-chave: Pobreza. Sobrevivência. Educação.

1 INTRODUÇÃO

A pobreza configura-se como uma situação multidimensional que permeia a sociedade brasileira, sendo causada por desigualdades sociais oriundas do capitalismo vigente e outras inúmeras influências. Neste sentido, a pobreza é um dos principais problemas que afetam negativamente a vida dos cidadãos, atingindo as esferas econômica, política e social, segundo Silva (2011, p.28)

A pobreza está em toda a parte, mas sua definição é relativa a uma determinada parcela da sociedade. A pobreza é historicamente determinada e fazer comparações de diferentes séries, invariavelmente, leva a imprecisões que pouco contribuem para seu deciframento. A medida da

pobreza é dada, antes de qualquer coisa, pelos adjetivos que a sociedade determinou para si própria, entendendo que definições numéricas e conceituais que a sociedade determina são inúteis por ser a pobreza um fenômeno construído por fatores econômicos, políticos e sociais. Portanto, a pobreza não pode ser percebida apenas como uma categoria econômica, mas política, acima de tudo. Neste sentido, trata-se de um problema social.

A superação do problema e a destinação de políticas públicas para diminuição do índice de pobreza engendra um dos ideais dos programas de governo nas últimas décadas, em prol da melhoria de qualidade de vida no Brasil. Tendo em vista que: de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), expostos no Portal Brasil, consideram-se extremamente pobres pessoas com renda mensal de até R\$ 77,00, classe econômica que abrangia 2,8% da população no ano de 2014. Isto corresponde a aproximadamente 567 mil pessoas.

Com base neste índice, ressalta-se a importância das reflexões acadêmicas acerca das diferentes maneiras de sobrevivência das famílias que vivem em estado de pobreza. Destaca-se neste cenário o papel da instituição social “escola”, elegendo a educação como foco de transformação da sociedade, com vistas a analisar a sua contribuição aos alunos pobres e suas famílias.

Segundo Farias, Lopes e Renner (2012) a escola constitui a instituição social que mais exerce influência sobre o indivíduo, sendo um dos lugares, após, a família, em que a socialização é desenvolvida. Com base nessa premissa, elegeu-se como problema da pesquisa a questão: De que forma as políticas públicas em educação contribuem para a sobrevivência dos alunos em situação de pobreza?

Neste sentido, o objetivo geral do trabalho está em identificar diferentes formas que a escola pode utilizar para auxiliar a sobrevivência dos alunos diante da pobreza. Os objetivos específicos envolvem: compreender o papel que a escola precisa deter para auxiliar a sobrevivência de alunos pobres e que vivem em extrema pobreza; identificar políticas públicas que têm sido desenvolvidas no setor educacional; destacar a importância da educação como meio de saída da pobreza.

Para Silva (2011) a discussão sobre pobreza e família representa um desafio, perante a complexidade de ambas, o que sugere a necessidade de reflexão sobre a sobrevivência diante desta situação, ao entender que:

A reflexão sobre estratégias de sobrevivência das famílias extremamente pobres se constitui numa necessidade, primeiro porque para alguns as estratégias diz “de um não lugar” dos indivíduos que a estas recorrem para a satisfação das necessidades e, para outros, representa a resistência das

famílias em maximizar sua renda a partir da criação e/ou reprodução de algum mecanismo de enfrentamento da pobreza. O segundo motivo ancora-se na tentativa de trazer para a discussão as capacidades dos pobres de revelar suas lutas e histórias. Ainda, compreender o que o Estado tem feito para intervir no ciclo de pobreza na perspectiva de sua erradicação de que modo tem assumido (ou não) a responsabilidade para com a proteção social a todos os segmentos que compõem a sociedade, especialmente os mais desfavorecidos. (SILVA, 2011, p.18)

O estudo da pobreza é importante para compreender demandas e possibilidades na geração de programas sociais e políticas públicas, que permitam combater a pobreza em toda sua complexidade, que segundo Crespo e Gurovitz (2002, p.03) possibilita “Ao compreender a complexidade do fenômeno, seus diferentes conceitos e formas de abordagem, torna-se possível conceber políticas públicas que busquem trazer soluções eficazes para o problema”.

Destarte, a pesquisa sobre educação e pobreza pode colaborar a partir da problematização da realidade de uma sociedade capitalista e discriminatória, apresentando apontamentos sobre a contribuição do sistema escolar na formação cidadã de alunos que vivem em estado de pobreza. Assim, pode-se identificar as necessidades básicas decorrentes da pobreza e dos agentes causadores da desigualdade, propiciando o entendimento sobre como profissionais da educação podem desenvolver um trabalho significativo na escola, em prol da redução da pobreza e seus efeitos.

2. POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

A desigualdade social é um fenômeno visível em nossa sociedade, inclusive podendo ser percebido com destaque nas escolas, que atendem a uma diversidade de alunos.

De acordo com as declarações de Filho e Guzzo (2009, p.35) “desigualdade social é caracterizada a partir de diferentes fatores, como a forma de viver, de morar, os relacionamentos, a forma de se vestir, de lidar com a vida, etc”. Vale destacar que a pobreza representa um exemplo desta desigualdade e constitui um dos problemas que preocupam a sociedade e seus gestores. Segundo Silva (2011) a desigualdade social tem comprometido o alcance de um desenvolvimento social satisfatório em virtude do desequilíbrio entre o econômico e social sendo que:

A ausência de políticas sociais de enfrentamento a pobreza tem contribuído para a permanência de milhares de famílias a margem da sociedade. As políticas públicas de caráter social deveriam ofertar um suporte efetivo, mobilizatório e articulado de forma mais integralizadoras para o desencadeamento da proteção social das famílias em extrema pobreza. (SILVA, 2011, p.173)

Na visão de Filho e Guzzo (2009) a configuração social acerca do indivíduo pobre, a partir de um perfil capitalista “reifica as relações humanas e mercantiliza todas as esferas da vida cotidiana, como um perdedor, um ser desvalorizado socialmente, um ser desprovido de competências individuais para alcançar um determinado patamar financeiro” (Freire, 1989; Guareschi, 2005 apud Filho e Guzzo, 2009, p.37)

Além disso, comenta-se que:

A ideologia dominante contribui para difusão de uma imagem negativa do sujeito sobre si mesmo e os outros. Ela constitui um determinado padrão de relacionamento social que se estabelece com base em estereótipos, elaborados dentro de um determinado processo comunicativo cuja base é objetiva – a dominação política e econômica de uma classe sobre a outra (ALFARO, 1993; MARTÍN-BARÓ, 2000; PATTO, 1993, 1997 APUD FILHO E GUZZO, 2009, p.37)

Para Silva (2011) a desigualdade foi constituída por um processo histórico oriundo da sociedade capitalista, e tem apresentado um desenvolvimento progressivo, revelando-se como sua consequência outras situações, tais como pobreza, a questão social e a desproteção social. Sobre a pobreza, “tem-se a necessidade de compreendê-la como uma categoria social relacionada à diversidade de fatores de ordem cultural, regional, territorial, econômica, política e social”. (SILVA, 2011, p. 23)

Sob estas perspectivas, a pobreza acaba por constituir-se pela sociedade como uma classe inferiorizada, dominada, segundo Silva (2011):

Enquanto as políticas sociais não revertem o quadro de desigualdade e pobreza em que estão instaladas as famílias estas são desafiadas a criar mecanismos de enfrentamento ao contexto de desigualdade e pobreza em que se encontram. As estratégias de sobrevivência fazem parte do cotidiano das famílias em extrema pobreza para a satisfação das suas necessidades mais elementares especialmente por não conseguirem inserção no emprego formal que geraria renda fixa e aumentaria o seu poder de compra e negociação e por não ter acesso aos recursos ou quando esse acesso é restrito aos benefícios das políticas sociais para a superação das desigualdades. Isso posto, as estratégias de sobrevivência das famílias em extrema pobreza centram-se no campo das necessidades nas maioria das

vezes materiais e se desenvolvem como uma prática que envolve todo o grupo familiar devido a perda da renda e privações. (SILVA, 2011, p.99)

Ao buscar definir pobreza, situando-a num sentido histórico Crespo e Gurovitz (2002, p.03) conceituam-na como sendo uma atividade extremamente complexa, sempre relacionada a um juízo de valor, que considera termos relativos ou absolutos. Sob esta ótica “Pode ser estudada apenas do ponto de vista econômico ou incorporando aspectos não-econômicos à análise, sendo contextualizada de forma dependente ou não da estrutura sócio-política da sociedade”.

O pobre não é somente privado economicamente, ele sofre também outras limitações, que por vezes perpassam a conceituação habitual do seu termo. O uso da palavra pobreza pode nos levar a diferentes reflexões. Segundo o Aurélio (2000), o termo pobreza advém de pobre, *pauper-eris* (latim) que significa aquele que não tem o necessário à vida; sem dinheiro ou meios; que denota pobreza; pouco produtivo; pouco dotado; pessoa pobre; mendigo, pedinte. (DIAS, 2014,p.02)

Sob um enfoque relativo, o entendimento da pobreza se dá relacionando-a ao contexto macroeconômico, estando associada a desigualdade na distribuição de renda. Neste caso:

É explicitada segundo o padrão de vida vigente na sociedade que define como pobres as pessoas situadas na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas melhor posicionadas. O conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. Uma linha de pobreza relativa pode ser definida, por exemplo, calculando a renda per capita de parte da população. Essa conceituação, por outro lado, torna-se incompleta ao não deixar margem para uma noção de destituição absoluta, requisito básico para a conceituação de pobreza. Também acaba gerando ambigüidade no uso indiferente dos termos pobreza e desigualdade que, na verdade, não são sinônimos. (CRESPO e GUROVITZ, 2002, p.03)

Com base nestas perspectivas entende-se que a pobreza não consiste em algo prioritariamente relacionado a questão econômica, mas assim como relata Silva (2011) está intimamente ligada a questão política, envolvida a um problema social. “O Termo pobreza não só implica um estado de privação material como também um modo de vida – e um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação insegura (BUCHANAN *apud* SILVA, 2011, p.28).

Tentando definir os relacionamentos que a pobreza traz consigo, Crespo e Gurovitz (2002) mencionam a relação comum que consiste na pré-fixação de

padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a porcentagem da população que se encontra abaixo desse nível. Esse padrão pode ser explicitado por questões como: nutricionais, de moradia ou de vestuário, preços, cálculos de renda necessária para custeá-los. Para definir limites de pobreza geralmente são utilizados como base os enfoques o biológico, que consiste nos parâmetros de dieta alimentar; o das necessidades básicas que compreendem necessidades como alimentação, moradia, vestuário e serviços essenciais ou; o dos salários mínimos que considera a fixação de um salário mínimo oficial que deve ser uma boa aproximação do montante em dinheiro necessário para o nível de vida mínimo.

Para Weber, (1946) o pobre seria bem mais do que um ser com pouco ou sem nenhum dinheiro, sendo este, pela situação vivida, incapaz de fazer valer seus direitos sobre os demais. Estaria ele, remetido à situação inferior. Segundo Amartya Sen (2000), uma das questões do grande êxito da pobreza, estaria na privação do que ele chama de liberdades substantivas, que por sua vez, rouba das pessoas a liberdade de saciarem a sua fome, a possibilidade de ter acesso à água tratada, saneamento básico, moradia, vestir-se de modo apropriado, de ter acesso a uma educação de qualidade. (DIAS, 2014, p.03)

Durante o século XX, perante diferentes abordagens sobre pobreza, Crespo e Gurovitz (2002) pontuam o desenvolvimento de três concepções que marcaram as correntes de pensamento sobre pobreza, sendo elas a teoria sobre sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa, entendidas como:

O enfoque de sobrevivência, o mais restritivo, predominou nos séculos XIX e XX, até a década de 50. Teve origem no trabalho de nutricionistas inglesas apontando que a renda dos mais pobres não era suficiente para a manutenção do rendimento físico do indivíduo. Essa concepção foi adotada na Inglaterra e exerceu grande influência em toda a Europa, sendo usada mais tarde pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Com a utilização de medidas estatísticas, formulou-se o primeiro modelo de proteção social para o Estado de bem-estar, fundamentando políticas nacionais de assistência e alguns programas. Seus verdadeiros objetivos seriam limitar as demandas por reformas sociais e, ao mesmo tempo, preservar a ênfase no individualismo compatível com o ideário liberal. A maior crítica que esse enfoque sofreu foi que, com ele, justificavam-se baixos índices de assistência: bastava manter os indivíduos no nível de sobrevivência. (CRESPO e GUROVITZ, 2002, p.04)

Posteriormente a 1970, o conceito de pobreza passou a ser relacionado apenas as necessidades básicas, evidenciando serviços básicos como o acesso à

água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura. Ideia adotada globalmente, inclusive por órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), representando uma ampliação da concepção de sobrevivência física pura e simples. Chegando a 1980, a pobreza passou a ser entendida como privação relativa, tornando-se um conceito mais complexo, baseado em perspectivas científicas grifando seu caráter social. Neste momento, adquiriu-se a ideia de que para sair da linha de pobreza necessitaria a adoção de um regime alimentar adequado, um certo nível de conforto, o desenvolvimento de papéis e de comportamentos socialmente adequados. Concomitantemente a isso, a tese que garantia que o bom funcionamento do sistema econômico prosperaria, e conseqüentemente a riqueza gerada acabaria por beneficiar os pobres estava se disseminando mundialmente, ficando conhecida como “Consenso de Washington”. (CRESPO e GUROVITZ, 2002)

Com o passar do tempo o enfoque sobre a pobreza se amplificou, perante a aceitação do enfoque da privação relativa que teve como principal formulador o indiano Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de Economia (1999). Seu conceito introduz variáveis mais amplas, chamando a atenção para o fato de que as pessoas podem sofrer privações em diversas esferas da vida. Ser pobre não implica somente privação material. As privações sofridas determinarão o posicionamento dos cidadãos nas outras esferas.

Podemos considerar a última década como período de avanços de maneira mais intensa, com modificações substantivas no formato de implementação das políticas públicas, dando materialidade ao enfrentamento às desigualdades sociais no país. Uma referência desses avanços é a identificação nominal das famílias em situação de pobreza no país, tendo como indicador inicial a renda. As famílias pobres deixaram, então, de ser invisíveis às políticas estatais e passaram a ter nome, endereço e perfil socioeconômico identificados e inseridos em uma plataforma de referência para as políticas públicas, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. A partir da identificação das famílias, tem sido possível avançar, de maneira coordenada entre os entes federativos, na garantia do acesso a uma série de políticas, ações e serviços, dentre os quais o Programa Bolsa Família. O Cadastro Único tem sido utilizado, assim, como referência instrumental para a implementação efetiva do Plano Brasil sem Miséria. (MOLL, 2016, p.07)

Conforme as declarações de Gadotti (1997) um dos precursores sobre a fala do papel da educação sobre as desigualdades sociais no Brasil foi Paulo Freire, que defendia a importância da mobilização de todos no processo de conscientização, no

que tange o pensar na relação entre o aspecto cognitivo e o afetivo ao pensar nos indivíduos oprimidos de todo o mundo, no sentido de corromper a violência, trabalhar em prol da organização dos excluídos, dos pobres, dos pescadores, dos agricultores, dos sem-terra, dos sem-teto, das minorias oprimidas, desenvolver à prática educativa transformadora

Além destes aspectos, Paulo Freire discutia ainda a importância de a educação desenvolver a autonomia do indivíduo. Sob esta perspectiva a autonomia serviria como alicerce da transformação dos oprimidos na sociedade. Autonomia entendida como “capacidade de decidir-se, de tomar o próprio destino nas suas mãos. Diante de uma economia de mercado que invade todas as esferas de nossa vida, precisamos lutar - também através da educação para criar na sociedade civil a capacidade de governar e controlar o desenvolvimento”. (GADOTTI, 1997, p.05)

Neste sentido, aos olhos de Freire o ato pedagógico desenvolvido na educação baseado na afetividade e buscando desenvolvimento da autonomia poderia neutralizar a desigualdade, que enraizando a cultura dos povos, deveria a educação combater o imediatismo, o consumismo. E isso só pode ser feito por meio do conhecimento. Assim como descreve Gadotti (1997, p. 06) ele dizia, “conhecemos para: a) **entender o mundo** (palavra e mundo); b) para **averiguar** (certo ou errado, busca da verdade e não apenas trocar idéias); c) para **interpretar e transformar** o mundo. O conhecimento deve constituir-se numa ferramenta essencial para intervir no mundo”.

A **escola** não distribui poder, mas constrói saber que é poder. Não mudamos a história sem conhecimentos, mas temos que **educar o conhecimento** para que possamos interferir no mercado como sujeitos, não como objeto. O **papel da escola** consiste em colocar o conhecimento nas mãos dos excluídos de forma crítica, porque, a **pobreza política** produz **pobreza econômica**. "Ninguém ignora tudo, ninguém sabe tudo", dizia Freire. Ninguém é ignorante de tudo, mas o "analfabeto político" não consegue entender as causas da sua pobreza econômica. Por isso Paulo Freire associava alfabetização e politização. A pedagogia neoliberal é uma **pedagogia da exclusão** justamente porque reduz o pedagógico ao estritamente pedagógico, buscando retirar da pedagogia a sua essência política. A **pedagogia da esperança** é o oposto da pedagogia da exclusão. Ensinar é inserir-se na história: não é só estar na sala de aula, mas num imaginário político mais amplo. (GADOTTI, 1997, p.07)

Neste sentido, a educação configura-se como um processo essencial para o combate à pobreza, e ascensão do indivíduo enquanto cidadão de direitos, quando

utiliza o conhecimento como peça-chave de transformação social, componente este que, uma vez inculcado no indivíduo nunca mais pode lhe ser negado.

Demo (1996) remete-se ao conhecimento como principal fator emancipatório no quesito desenvolvimento humano, não somente centrado na questão de renda. O conhecimento advindo por meio da educação, daquela que deve ser desenvolvida pautada na competência que desenvolva emancipação, que altere a reprodução e cópia, e incentive o indivíduo a se apropriar da capacidade de construir, para que com isso o sujeito torne-se cidadão e trabalhador. A formação cidadã reporta-se ao sentido de não copiar propostas alheias, mas ter capacidade crítica de observar e interagir das experiências, utilizando como base para construir e reconstruir a história, sendo capaz de transformar a realidade.

Vale destacar que o mercado não constitui único parâmetro de qualidade de vida, pois se assim fosse, a pobreza seria apenas um efeito secundário natural. A pobreza possui consequência multidimensional. a política do conhecimento assume-se como um dos fatores que implicam no desenvolvimento, uma vez que não trata apenas a questão econômica, mas frutifica de modo global o sujeito, e contribui para a equidade que segundo Demo (1996) por meio de uma política do conhecimento ela pode ser desenvolvida, quando desenvolve a capacidade crítica da população, habilitando todos a participar como cidadãos, entendendo direitos e deveres e o processo da vida política e econômica do país. Além disso, é possível elevar o bem-estar da população por meio do conhecimento reconstruído ou aplicado nos serviços básicos sociais.

Contudo, ao refletir sobre a presença da pobreza na sociedade, vale destacar que esta situação de vida, embora muitas políticas sociais sejam desenvolvidas pelo Estado, a pobreza continua e subtende-se que: é preciso sobreviver. Pois, as famílias mesmo diante da pobreza, sobrevivem.

Silva (2011) comenta que as estratégias de sobrevivência, ou também denominadas estratégias familiares, brotam essencialmente de várias linhas de trabalho, possibilitam satisfazer algumas necessidades, envolvendo dimensão renda/materialidade, recursos/práticas simbólicas e subjetivas, em rede, implicando ainda perceber a relação entre Estado e Sociedade Civil.

Sendo assim as famílias pobres utilizam-se de estratégias familiares, objetivando otimizar o acesso a distribuição de recursos almejados. “A economia familiar ganha assim concreção, seja pelos seus aspectos imediatamente

econômicos (integração de renda e de consumo), seja pela racionalidade específica que aí se constrói e passa a presidir os esforços de acesso e distribuição a bens simbólicos e materiais. (REZENDE, 2008, p.71 apud SILVA, 2011, p.71)

No tocante as famílias pobres e a integração de seus membros, vale destacar que crianças e jovens também fazem parte desta configuração. Ao discutir sobre crianças e jovens que vivem em situação de pobreza, Leite (2015) ressalta o assistencialismo e moralismo que os rodeiam nas conjecturas sociais. Uma vez que:

Sob o olhar assistencialista, as crianças pobres precisam ser cuidadas, educadas intelectual e moralmente, já que suas famílias – no caso, famílias pobres – “são desestruturadas, não têm educação”. Assim, a ideia do cuidado com a infância pobre nasce impregnada de um olhar autoritário e negativo; e, por esse motivo, durante muito tempo, as creches foram vistas como instituições de caridade, mantidas muitas vezes por igrejas ou por famílias abastadas que se sentem na obrigação religiosa de salvar essas “pobres crianças de seu destino”. (LEITE, 2015, p. 02)

Leite (2015) ressalta que condições de vida de jovens pobres no Brasil exemplificam a desigualdade social, bem como a falta de concretização de direitos garantidos por lei, como viver com dignidade ou estudar em uma escola de qualidade e assim inúmeras crianças e jovens de origem popular vivem hoje nos “limites da sobrevivência”.

3. A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL

Entendendo a pobreza como “uma das mais cruéis condições de vida da população que provoca, inclusive, outras situações de vulnerabilidade e risco como subnutrição, moradia precária, trabalho infantil, entre outras”, Kauchakje (2008) busca-se descrevê-la, mencionando que as políticas sociais configuram-se como um dos meios para superar as suas consequências.

Se a histórica seletividade física está sendo enfrentada, um desafio, igual ou maior, coloca-se em relação à *seletividade simbólica*. A escola precisa acolher as diferenças que estão chegando, e essa não é uma tarefa fácil, porque implica mudança de olhar, de atitudes e de perspectivas do trabalho escolar. A desnaturalização do fracasso e a despatologização da pobreza são desafios centrais que só serão encarados na medida em que os meninos e meninas das classes populares sejam vistos na sua inteireza e reconhecidos nas suas possibilidades cognitivas, estéticas e éticas. Não será em uma escola encurtada no seu tempo, fragmentada na abordagem dos processos de conhecimento e refém de medidas que afastam os

sujeitos da compreensão da sua realidade que essas possibilidades/potencialidades serão reconhecidas. (MOLL, 2016, p.09)

Políticas sociais enquadram-se no ramo das políticas públicas, que são formas de planejamento governamental que tem o objetivo de coordenar os meios e os recursos do Estado e também do setor privado para a realização de ações relevantes e politicamente determinadas. (KAUCHAKJE, 2008, p.60)

*Ferraro fala de um duplo processo de exclusão: a exclusão da escola e a exclusão na escola. Entendidos como possíveis processos de *exílio da esfera pública o analfabetismo e os baixos níveis de escolaridade podem ser compreendidos como expressões estruturais de exclusão social e de marginalização econômica, trazendo profundas consequências no campo dos direitos. Por suposto, há que se compreender a profunda e intrínseca ligação entre educação e desenvolvimento econômico. Na lógica estrita do mercado, há que se manter no país um extenso exército de reserva (com pouca ou nenhuma escolaridade) e, para além disso, historicamente, os investimentos em educação no Brasil nunca foram suficientes para garantir a universalização com qualidade de todos os níveis e modalidades de ensino. (MOLL, 2016, p. 02)**

A contribuição das políticas públicas para os cidadãos menos favorecidos e privados de direitos mínimos revelar-se-ia, portanto, quando, “a política social poderia reduzir os espectros das desigualdades, e isso a define, no fundo”, criada com objetivo de enfrentamento das desigualdades. (DEMO, 1994, p.10)

Neste cenário destaca-se a educação como ramo da política social, compreendida como:

Noção mais moderna de desenvolvimento define-o como oportunidade, ou seja, como capacidade de cada sociedade de construir dentro do contexto histórico concreto. Uma das estratégias mais efetivas é educação, sobretudo como formação básica, que deve ser universalizada na população. A qualidade educativa popular emerge como fator crucial das chances de construir projeto de desenvolvimento moderno e próprio, a par da ciência e da tecnologia. (DEMO, 1994, p.10)

A educação veste-se, portanto, como auxiliadora no processo de desenvolvimento social, pela qual utilizando conhecimentos derivados das ciências e pelo uso de recursos como a tecnologia, insere o indivíduo na apropriação do conhecimento, que anexo a outros componentes auxiliares vem a maximizar o potencial educativo. Isto é, não somente o ensino servirá como base do desenvolvimento do aluno que vive na pobreza, mas quando bem alimentado,

higienizado e integrado na escola, seu desenvolvimento será mais favorável, uma vez que:

[...] à medida que souber acionar iniciativas mais estruturais, como educação, cidadania, ciência e tecnologia, pode aumentar sensivelmente a oportunidade de algum redirecionamento e mesmo alimentar potencialidades de superação. (DEMO, p.10)

São diversos os procedimentos que são desenvolvidos em escolas, na perspectiva da educação formal, atrelados ao processo de ensino aprendizagem.

Nesta perspectiva:

As escolas tornaram-se porta de entrada para a diversidade de ações e programas, como vacinação, alimentação, renda. No espaço físico da educação formal, outras funções e tarefas foram e são processadas, transformando o espaço educacional em muito mais do que um espaço unicamente educativo. Passa-se a um espaço escolar no qual são realizadas múltiplas maneiras de atenção às necessidades da população mais pobre, como: alimentação e nutrição, saúde e higiene, vestuário, renda, entre outras. Algumas das ações e programas para atendimento dessas necessidades sociais, como vacinação, merenda escolar, material escolar, uniforme etc., são aplicadas de forma genérica ou universal. Outros, decorrentes da política de assistência social, são profundamente focalizadas, como o Bolsa família e outros programas semelhantes de transferência de renda executados no espaço escolar ou com condicionalidade educacionais. (ASSIS, FERREIRA e YANNOULAS, 2012, p.345)

Sendo assim, a escola pode ser considerada como instituição social que extrapola o processo meramente de educação formal, agregando valores sociais e desenvolvendo a aquisição de competências cidadãs.

Considerada, portanto, parte de uma complexa trama que na tessitura da relação Estado-sociedade, que compreende elementos econômicos, elementos culturais e elementos políticos na sua complexidade existencial. (ASSIS, FERREIRA e YANNOULAS, 2012)

Evidencia-se ainda, a relação da assistência social a educação, que quase sempre, destinada aos pobres, onde busca-se compensar um suposto déficit familiar que não permitiria à criança atingir o rendimento escolar médio esperado (reforço escolar, atividades socioeducativas) e evitar que a criança seja pressionada, por exemplo, a gerar uma renda por meio do trabalho, conseqüentemente abandonando a escola. (ASSIS, FERREIRA e YANNOULAS, 2012)

Dentre um dos exemplos crédulos da relação assistência social e educação está diante do Programa Bolsa Família.

O Bolsa Família procura enfrentar o problema da pobreza em dois momentos. No curto prazo, o programa pretende oferecer alívio aos problemas imediatos e urgentes da pobreza, como a fome e a desintegração do ambiente familiar. No longo prazo, o Bolsa Família tem como objetivo o combate à transferência da pobreza, induzindo a melhoria do status educacional e da saúde de seus beneficiários por meio das condicionalidades, promovendo assim melhores oportunidades de qualificação e consequente inserção futura no mercado de trabalho. (NERI, 2006, p.07)

Este programa governamental tem abrangência nacional, oferecendo portanto, transferência de renda para os beneficiários, auxiliando-os no enfrentamento a situação da pobreza e os problemas dela decorrentes. Como garantia de benefício o governo estipulou condicionalidades ao programa, incluindo no rol das condicionalidades a frequência na escola e outros quesitos, relacionados a saúde das crianças, condicionalidades estas que constituem:

Compromissos assumidos pelas famílias nas áreas de saúde e educação, para assim continuarem a receber o benefício monetário. Na área da saúde, existem os compromissos a serem cumpridos como o acompanhamento da saúde de gestantes com exames de rotina, nutrízes e crianças menores de 7 anos de idade, com a manutenção do cartão de vacinas atualizado. Na área da educação, se condiciona a matrícula e frequência escolar mínima de 85% no ano letivo por crianças e adolescente com idade de 6 a 15 anos; retorno de adultos analfabetos à escola, além da 8 participação de todas as famílias em ações de educação alimentar quando oferecidas pelo Governo. Neste sentido, o adequado cumprimento das condicionalidades é fazer com que as famílias beneficiárias tenham acesso às políticas sociais, as quais são de direito de cada cidadão, com a intenção de que em um longo prazo as famílias tenham mais chances de sair e de superar a sua situação de pobreza. (NERI, 2006, p.07)

4. METODOLOGIA

Optou-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica, utilizando como referência para a construção do estudo, artigos e livros que abordam sobre a temática de educação e pobreza, buscando atingir proposto para o estudo no sentido de identificar diferentes formas que a escola pode utilizar para auxiliar a sobrevivência dos alunos diante da pobreza.

A definição que corresponde à pesquisa bibliográfica, conceitua que:

A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em

contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações. A bibliografia pertinente oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas, onde os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente. (LAKATOS e MARCONI, 2010, p.44)

Para tanto, assim como definem Lakatos e Marconi (2010) a realização de uma pesquisa bibliográfica deve seguir um roteiro de elaboração, que consiste em oito fases distintas, sendo elas: escolha do tema, elaboração do plano de trabalho, identificação, localização, compilação, fichamento, análise e interpretação e redação. Sendo que, para este estudo foram utilizados estes procedimentos.

A escolha do tema compreendeu a definição do tema a ser desenvolvido na pesquisa, isto é a seleção de um assunto adequado a linha de pesquisa em termos da formação acadêmica.

Na sequência foi desenvolvida a elaboração do plano de trabalho, que consistiu na delimitação prévia da estrutura do conteúdo da pesquisa, sendo a introdução que apresenta o tema, justificativa, metodologia e apresentação sintética do conteúdo; o desenvolvimento que compreende a fundamentação do trabalho que tem por objetivo apresentar as principais ideias da pesquisa, sendo dividido em três fases: a explicação, momento em que explica-se o sentido de um tema, a discussão que deve argumentar, analisar e compreender o tema e, demonstração que corresponde a dedução lógica do trabalho. O desenvolvimento foi elaborado em tópicos, organizados logicamente o conteúdo sobre pobreza e educação. A conclusão sintetizou as reflexões acerca do todo do trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das considerações teóricas sobre o conceito de pobreza, pode-se compreender a complexidade dos fatores que encontram-se geralmente associados a esta situação de vida, que infelizmente assola os lares de muitos cidadãos brasileiros.

Foi possível concluir a partir deste estudo que a educação é sim considerada como um dos principais instrumentos no combate a pobreza, utilizando a escola como instituição social para implementar o ensino e desenvolver diversas políticas

públicas, não somente educacionais, mas de cunho assistencial, no que converge as políticas de assistência social ligadas à escola.

Dentre os componentes passíveis de identificação como contribuintes no enfrentamento da pobreza, no que tange a melhora das condições de vida dos alunos, vale ressaltar: a questão da escolaridade como condição de mudanças na situação de pobreza, o que dissemina interações sob inúmeras óticas, tais como do acesso ao conhecimento, às tecnologias, interações interpessoais, implantação de condicionalidades educacionais ao Programa Bolsa Família, programas de alimentação escolar que oferecem refeições aos alunos, programas de higiene, inclusive no que tange a Educação infantil, entre outros.

Neste sentido, corrobora-se a função da escola, no sentido de formar cidadãos, que tenham capacidade de interagir e transformar suas realidades.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Samuel G. FERREIRA, Kaline M. YANNOULAS, Silvia C. **Educação e pobreza: limiares de um campo em (re) definição.** Instituto Federal de Brasília. Universidade de Brasília. Revista Brasileira de Educação v. 17 n. 50 maio-ago. 2012 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50a05.pdf> Acesso em 04/11/16

BRASIL. **Um país menos desigual: pobreza extrema cai a 2,8% da população.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/11/um-pais-menos-desigual-pobreza-extrema-cai-a-2-8-da-populacao>> Acesso em 02/08/16.

CRESPO, Antônio P. GUROVITZ, Elaine. **Pobreza como um fenômeno multidimensional.** RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002. Disponível em: <http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1178&Secao=PÚBLICA&Volume=1&Numero=2&Ano=2002>

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania.** Campinas, SP: Papyrus, 1994.

DEMO, Pedro. **Combate à pobreza: desenvolvimento como desenvolvimento.** Autores Associados, 1996. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=Hg3HYCyxT70C&dq=autor+que+fala+sobre+supera%C3%A7%C3%A3o+da+pobreza&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s acesso em 18-12-2016

DIAS, Carlos R. P. **Educação: caminho para a superação da pobreza?** VI Congresso Norte-Mineiro de Pesquisa em Educação, 2011. Disponível em: <http://www.coped-nm.com.br/sexto/anais/EDUCACAO%20CAMINHO%20PARA%20A%20SUPERACA O%20DA%20POBREZA.pdf> Acesso em 18-12-16.

FILHO, Antonio E. GUZZO, Raquel S. L. **Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência.** Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil, revista Sociologia & Sociedade; 21 (1): 35-44, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Lições de Freire.** Rev. Fac. Educ. vol. 23 n. 1-2 São Paulo Jan./Dec. 1997
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-25551997000100002> Acesso em 25/09/2016.

KAUCHAKJE, Samira. **Gestão pública de serviços sociais.** 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2008.

LAKATOS, Eva. MARCONI, Marina de A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEITE, Lucia H. A. **Escola: espaços e tempos de reprodução e resistência da pobreza.**

MOLL, Jaqueline. **Reflexões acerca da educação para a superação da extrema pobreza: desafios da escola de tempo completo e de formação integral.**

Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_se m_miseria/artigo_21.pdf Acesso em 18-12-16.

NERI, Marcelo. **Efeitos do Programa Bolsa Família na redução da pobreza e distribuição de renda.** Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), de São Leopoldo (RS), 2006. <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/46P.pdf> **ig**
ual

SILVA, Leni M. P. **Um estudo das estratégias de sobrevivência das famílias em extrema pobreza.** 2011.

-